

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 307362 - RJ (2013/0059767-9)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : FLÁVIO LESSA BERALDO MAGALHÃES E
OUTRO(S) - RJ085135
AGRAVADO : DANIEL JOSÉ DE SOUZA
ADVOGADO : ROBERTO DO CARMO PACHECO E OUTRO(S) -
RJ025393
INTERES. : UNIÃO
INTERES. : MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU
PROCURADOR : OSCAR BITTENCOURT NETO E OUTRO(S) -
RJ121556

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MATERIAIS E MORAIS. A PARTE AGRAVANTE INSISTE NA OCORRÊNCIA DE NULIDADE DO ACÓRDÃO LOCAL POR VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973, PORQUANTO NÃO TERIA SIDO APRECIADA A HIPÓTESE DO ART. 204 DO CC, NO PRESENTE CASO. HIPÓTESE EM QUE O ACÓRDÃO RECORRIDO APRECIOU A MATÉRIA SOB PONTO DE VISTA DIVERSO DAQUELE PRETENDIDO PELA PARTE ORA AGRAVANTE, NÃO SENDO, POIS, OBRIGADO A RESPONDER UM A UM, TODOS OS FUNDAMENTOS POSTOS PELAS PARTES. ALÉM DISSO, O SUCESSO NA ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973 ESTÁ DIRETAMENTE LIGADO À EFETIVA DEMONSTRAÇÃO, NÃO APENAS DA OMISSÃO, MAS TAMBÉM DO PREJUÍZO JURÍDICO EXPERIMENTADO PELA PARTE, QUE CASO HOUVESSE A REFERIDA APRECIACÃO, HAVERIA OUTRO DESFECHO NA RESOLUÇÃO DA LIDE. REQUISITOS NÃO DEMONSTRADOS NOS PRESENTE AUTOS. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Sob a sistemática do CPC/1973, aplicável ao presente caso, consolidou-se entendimento pelo qual não há nulidade quando o julgador enfrenta a matéria alegada, ainda que sob ótica diversa daquela pretendida pela parte, de maneira clara e fundamentada com os elementos dos autos, assim como efetivamente ocorreu no presente caso, quanto à questão da alegação de prescrição.

2. Verifica-se, ainda, que a jurisprudência deste STJ, para a decretação da nulidade por ofensa ao art. 535 do CPC/1973 impõe que não basta à parte a demonstração de omissão da Corte local, mister ainda comprovar o prejuízo jurídico experimentado, de modo que a lide teria outro desfecho, caso a matéria tida por omissa fosse apreciada como se pretende.

3. Agravo Interno do ESTADO DO RIO DE JANEIRO a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

